



# Receita amplia cruzamento de dados e aumenta risco de cair na malha fina do IR

Com integração de dados bancários, PIX, criptoativos e registros imobiliários, fiscalização da Receita se torna cada vez mais automatizada

Com o início do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda 2026, especialistas alertam para um fator que vem ganhando cada vez mais relevância na fiscalização da Receita Federal: o cruzamento automatizado de dados financeiros.

Nos últimos anos, o Fisco ampliou significativamente sua capacidade de comparar informações provenientes de diferentes bases, incluindo dados bancários, operações com cartões de crédito, transações via PIX, registros imobiliários, investimentos e ativos digitais.

Segundo o advogado Eduardo Rodrigues, sócio da área tributária do Duarte Tonetti Advogados, as declarações enviadas pelos contribuintes já não são analisadas isoladamente. “O sistema da Receita compara as informações declaradas com dados prestados por terceiros e também com o comportamento econômico esperado para aquele perfil de contribuinte. Essa análise ocorre de forma automatizada e integrada”, explica.

Um dos principais instrumentos desse monitoramento é a e-Financial, obrigação acessória que reúne dados enviados pelas instituições financeiras à Receita Federal. Por meio desse sistema, bancos e outras instituições informam periodicamente dados como saldos, movimentações globais, investimentos, previdência privada e operações de câmbio. Esses registros são então confrontados com informações declaradas no Imposto de Renda, além de outras bases fiscais.



Esse cruzamento não ocorre apenas no momento da entrega da declaração. Em alguns casos, inconsistências podem ser identificadas anos depois, levando contribuintes à chamada malha fina retroativa. Além das informações bancárias tradicionais, a Receita passou a acompanhar com mais atenção operações realizadas por meio de finetechs, plataformas digitais de pagamento e exchanges de criptomoedas.

“Atualmente, fintechs e instituições de pagamento estão submetidas a obrigações informacionais semelhantes às dos bancos tradicionais. Quando determinados limites são superados, essas instituições também reportam dados à Receita, que passam a integrar os sistemas de cruzamento fiscal”, afirma Eduardo Rodrigues.

No caso dos criptoativos, o monitoramento também ganhou regras específicas. Exchanges brasileiras e, em determinadas situações, operações realizadas no exterior precisam ser informadas ao Fisco, incluindo identificação do titular, tipo de ativo e valores envolvidos. Essas informações podem ser confrontadas com declarações de

imposto de renda, apuração de ganhos de capital, evolução patrimonial e movimentações financeiras registradas por outras fontes.

“O avanço tecnológico da fiscalização significa que ativos digitais não representam um ambiente de invisibilidade fiscal. Eles já estão plenamente incorporados à lógica de fiscalização baseada em dados”, diz o tributarista. Outro ponto de atenção envolve o compartilhamento de informações com cartórios e registros públicos, especialmente em operações imobiliárias.

Dados sobre compra e venda de imóveis, doações e outros atos patrimoniais são reportados à Receita Federal por meio de obrigações como a Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) e a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (DIMOB). Esses registros são confrontados com informações declaradas pelo contribuinte, permitindo identificar inconsistências como omissão de bens, subdeclaração de valores de aquisição ou incompatibilidade entre renda declarada e aquisição de patrimônio.

“Uma vez identificado um imóvel em nome do contri-

buinte, a Receita passa a acompanhar não apenas a titularidade, mas também a capacidade financeira necessária para aquisição e manutenção desse patrimônio”, explica Rodrigues. Diante desse cenário, especialistas recomendam atenção redobrada no preenchimento da declaração e na organização documental.

Entre as orientações mais importantes estão manter consistência entre movimentação financeira e renda declarada, declarar corretamente bens e direitos, registrar operações realizadas em plataformas digitais e formalizar transações realizadas com terceiros ou familiares. Também é recomendável manter documentação de suporte — como contratos, comprovantes e registros financeiros — por prazo suficiente para responder a eventuais questionamentos do Fisco.

“Movimentações financeiras relevantes sem lastro em renda declarada tendem a gerar alertas automáticos. A informalidade em operações patrimoniais ou familiares é uma das principais causas de inconsistências identificadas anos depois”, afirma o especialista. Revisões periódicas das declarações, especialmente após eventos como venda de bens, reorganizações patrimoniais ou aumento relevante de patrimônio, ajudam a reduzir riscos futuros.

“Hoje o foco da fiscalização deixou de ser o instrumento financeiro utilizado e passou a ser a coerência entre renda, patrimônio e padrão de consumo. Esse é o principal parâmetro utilizado pelos sistemas da Receita”, finaliza.

## O mito do CEO infalível: quando a encenação da certeza vira risco para a empresa e para a sociedade

Alessandro Buonopane (\*)

Há uma crença silenciosa que atravessa empresas, governos e instituições: a de que, no topo, alguém sabe. Alguém enxerga o caminho. Alguém decide com clareza. É uma expectativa humana e, em certa medida, um conforto coletivo. Mas essa crença virou problema. Economia, tecnologia e vida social entraram numa era em que ambiguidade não é exceção, é regra. E, ainda assim, cobranças do CEO (e de qualquer liderança) o papel do “oráculo infalível”.

Essa exigência não é só injusta. É perigosa. Quando uma organização alimenta o mito do líder que “tem todas as respostas”, cria incentivos para o mais disfuncional: a encenação da certeza. Isso resulta em altos custos, pois compromete a franqueza, afasta alertas, atrasa decisões e corrói a confiança. O mito pode parecer eficiência, mas muitas vezes é apenas um silêncio bem-vestido.

A maior parte das decisões que definem o futuro de uma empresa, como adoção de tecnologias, modelos de trabalho, portfólio, reposicionamento estratégico, governança de dados e de IA, escolhas de investimento e gente, já não cabe no binário “certo/errado”. Elas são feitas de trade-offs: velocidade versus consistência, curto prazo versus capacidade futura, eficiência versus resiliência, centralização versus autonomia. Isso não é falta de competência; é a complexidade do nosso tempo.

Quando o ambiente é turbulento, buscar “certeza total” pode virar uma forma elegante de adiar o inevitável. Em contextos VUCA, quando o cenário fica nebuloso, mais dados nem sempre melhoram a decisão e insistir nessa busca tende a produzir passividade e hesitação.

Mas o problema não é a dúvida. É o teatro. Dúvida é parte legítima do processo decisório. O que destrói organizações é o teatro da certeza. Quando a cultura exige infalibilidade, duas coisas acontecem: más notícias sobem menos (ninguém quer “levar problema” ao topo) e o topo se isola (a dúvida vira fraqueza).

A empresa ganha “paz” no curto prazo e perde realidade no longo prazo. Sem realidade, não existem boas decisões, apenas narrativas. Em uma época em que escolhas são avaliadas também pelo impacto reputacional, cultural e social, essa desconexão se torna um risco sistêmico.

Liderança está mudando e isso não é discurso “soft”. O líder “comandante” já não se sustenta diante da complexidade. O ideal de “decidir sozinho” perdeu força, enquanto se valoriza habilidades como desenvolver pessoas, mobilizar equipes em torno de um propósito e liderar com empatia.

Isso não é uma “tendência corporativa”. É resposta prática.

tica: em ambientes ambíguos, ninguém decide bem sozinho por muito tempo. A qualidade das escolhas depende de quanta realidade chega ao topo, e isso exige confiança, segurança para discordar e capacidade de construir alinhamento sem sufocar a verdade.

A autoridade também mudou. A autoridade baseada em performances, que se sustenta em frases definitivas e posturas, está envelhecendo. O que vale agora é a autoridade da coerência: princípios claros (quando políticas e planilhas não bastam), transparência sobre trade-offs (porque quase toda decisão relevante tem custo) e previsibilidade ética e comportamental (o líder vira “chão” quando o ambiente vira areia movediça).

Aceitar a ambiguidade não diminui a autoridade. Aumenta a credibilidade, pois troca desempenho por honestidade intelectual e fortalece a confiança no processo. Mas por que isso importa para o interesse público e não apenas para o corporativo? As empresas são instituições sociais; elas influenciam o emprego, a renda, a inovação, a formação profissional e a cultura. Por isso, o modelo mental do CEO é relevante.

Estudos globais indicam que até 45% do desempenho de uma empresa pode ser atribuído à influência do CEO. Se essa influência é tão grande, o padrão de comportamento se multiplica. Um CEO que exige certeza artificial cria uma organização que finge; um CEO que protege a verdade cria uma organização que aprende, e aprende mais rápido.

Se a infalibilidade é um mito, o caminho não é romantizar a vulnerabilidade, mas construir um método. Decidir bem em meio à ambiguidade exige uma estrutura que suporte escolhas sem travar a organização. Quatro práticas são decisivas: (1) explicitar trade-offs antes de defender opiniões, (2) fazer melhores perguntas e não apenas buscar mais dados, (3) separar decisões reversíveis de irreversíveis e (4) ser previsível no comportamento para gerar confiança. Isso é o oposto do improvável; é maturidade institucional.

No fim, o mito do CEO infalível pode ser confortável, mas é caro. Ele exige em silêncio, em medo, em atraso, em decisões ruins. E, em um mundo de alta interdependência, decisões ruins não ficam confinadas no organograma, elas se espalham.

É hora de trocar a cobrança errada pela cobrança certa. Não precisamos de líderes que encenam certezas. Precisamos de líderes que constroem processos, princípios e ambientes verdadeiros, porque é isso que mantém a performance, a confiança e a relevância no longo prazo.

(\*) CEO Latam e Brasil da GFT Technologies.

## Primeiro trimestre testa sustentabilidade financeira das pequenas e médias empresas

A revisão rigorosa do fluxo de caixa e dos indicadores de custo torna-se decisiva para ajustar o planejamento e evitar o endividamento precoce ao longo de 2026. O começo de 2026 expõe um teste imediato para pequenas e médias empresas, a consistência do planejamento financeiro feito no ano anterior. Despesas concentradas nos primeiros meses, reajustes contratuais e tributos já impactam o caixa antes mesmo do faturamento ganhar ritmo. Quando a empresa não revisa indicadores logo em janeiro, o primeiro trimestre costuma revelar desequilíbrios acumulados.

Marcus Marques, especialista em gestão de pequenas e médias empresas e fundador do Grupo Acelerador, afirma que o problema não está necessariamente na falta de receita, mas na ausência de acompanhamento sistemático dos números. “O empresário olha o saldo da conta e acha que está tudo bem. Mas saldo não é lucro. Se ele não entende margem, custo fixo e ponto de equilíbrio, pode estar crescendo e, ao mesmo tempo, se descapitalizando”, diz.

Levantamentos do Sebrae indicam que a falta de planejamento financeiro e de capital de giro está entre os principais fatores associados ao fechamento de empresas no país. Dados do Data Sebrae mostram que negócios que não estruturam controle de caixa, projeções financeiras e reservas operacionais tendem a apresentar maior vulnerabilidade nos primeiros anos de atividade.

O custo do crédito amplia essa vulnerabilidade. Dados do Banco Central indicam manutenção da taxa Selic em patamar elevado no início de 2026, mantendo o financiamento caro para as empresas. Nesse contexto, recorrer a empréstimos para cobrir falhas de planejamento pode reduzir ainda mais a margem. “Tomar crédito para investir é diferente de tomar crédito para tapar buraco. Quando a empresa usa banco para pagar despesa fixa, o problema já virou estrutural”, diz Marques.

A revisão da formação de preços também entra na agenda. Segundo o especialista, muitos empreendedores definem valores com base na concorrência, sem calcular carga tributária, taxas de meios de pagamento e custos indiretos. “Preço não pode ser percepção, precisa ser conta. Se o empresário não conhece a própria margem de contribuição, ele não sabe quanto precisa vender para empatar. E quem não sabe o ponto de equilíbrio trabalha no escuro”, afirma.

O Simples Nacional reúne mais de 20 milhões de empresas optantes. De acordo com a Receita Federal, mudanças de faixa de faturamento podem alterar a alíquota efetiva e impactar o lucro líquido. Para Marques, a revisão tributária deve ser preventiva. “Muitos empresários só descobrem que pagaram imposto a mais quando o caixa já está apertado. A conferência precisa ser mensal, não anual”, diz.

As micro e pequenas empresas representam mais de 90% dos negócios formais

do país, segundo a pesquisa Demografia das Empresas, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2024. Embora majoritárias, operam com menor capacidade de absorver choques financeiros. Para o especialista, isso reforça a necessidade de rotina. “Controle não é excesso de planilha. É disciplina. Revisar fluxo projetado toda semana, separar contas pessoais e empresariais e definir pró-labore fixo são atitudes simples que evitam decisões impulsivas”, afirma.

Na avaliação de Marques, o primeiro trimestre funciona como um termômetro de maturidade empresarial. “Se a empresa precisa correr atrás de dinheiro em fevereiro, é porque o planejamento já nasceu frágil. Gestão financeira não pode ser uma reação. Precisa ser método”, diz. Para ele, 2026 exigirá menos improviso e mais previsibilidade. “Quem conhece seus números toma decisão com clareza. Quem ignora indicadores vive apagando incêndio”, conclui.

A tendência, segundo o especialista, é que o ambiente econômico permaneça desafiador ao longo do ano, com custos pressionados e crédito seletivo. “Empresa sólida não é a que fatura mais, é a que sabe exatamente quanto pode gastar, investir e distribuir. Caixa organizado é o que garante tranquilidade para atravessar o ano sem sobressaltos”, afirma. Nesse contexto, a diferença entre crescimento sustentável e instabilidade estará na capacidade de transformar controle financeiro em rotina estratégica.